



UM PARQUE MARINHO NO ESPICHEL

Luiz Saldanha *

Os vestígios pré-históricos provam que desde tempos muito recuados as populações humanas da região onde hoje se situa Sesimbra, encontraram no mar grande parte do seu sustento.

As condições oceanográficas existentes na grande enseada compreendida entre o Cabo Espichel e Sines, nomeadamente a existência de correntes ascendentes que transportam nutrientes do fundo para a superfície, são responsáveis pela grande riqueza haliêutica da mesma.

O mar de Sesimbra tem suscitado numerosas investigações oceanográficas, nomeadamente no domínio da biologia.

Já no século passado vários naturalistas e em particular o rei D. Carlos, o grande pioneiro da Oceanografia portuguesa, aí procederam a grande número de observações e colheitas biológicas.

Na sua obra sobre esqualos de Portugal (Bragança, 1904) podemos verificar que grande número dos exemplares estudados provêm das águas de Sesimbra. De notar que a espécie descrita por D. Carlos como nova para a ciência – *Odontaspis*

nasutus (Bragança, 1904) (sinónimo de *Mitsukurina owstoni* Jordan, 1898) foi adquirida durante a campanha oceanográfica de 1901 aos “pescadores à linha ao mar de Cezimbra em 603 metros de profundidade”.

Em tempos mais recentes, em 1956, há a referir as imersões do batiscafo francês F.N.R.S. III no “canyon” da Malhada (ou de Setúbal) e as observações biológicas delas decorrentes.

Nos últimos vinte e cinco anos toda a costa de Sesimbra tem sido objecto de estudos de ecologia marinha, por parte de docentes, investigadores e alunos do Laboratório Marítimo da Guia – Faculdade de Ciências de Lisboa (e.g. Saldanha, 1974) bem como de outros laboratórios de investigação, nacionais e estrangeiros.

O interesse da costa de Sesimbra

Na realidade, a faixa do domínio marinho sujeita ao efeito das marés, bem como os fundos que se estendem até cerca de 45 metros de profundidade,

sobretudo os de natureza rochosa, apresentam um grande interesse biológico e estético.

Interesse biológico devido à grande diversidade animal e vegetal, em que estão representados praticamente todos os grupos de animais marinhos, invertebrados, e de peixes, bem como de algas e de vegetais espermatófitos dos mares temperados.

De referir também que a fauna marinha em questão apresenta elementos de afinidade mediterrânica bem como espécies essencialmente atlânticas. Esta situação torna a costa de Sesimbra extremamente interessante no domínio dos estudos biogeográficos.

A distribuição em profundidade dos organismos que vivem sobre o substrato, em função da penetração da luz no meio marinho, é bastante característica oferecendo um vasto campo de pesquisas. Desde as rochas superficiais cobertas por algas fotófilas, até aos povoamentos de dominância animal com gorgonários, alcionários e esponjas de elevado porte, a cerca de 45 metros de profundidade, passando pela fauna peculiar das grutas submarinas, existem diversos e interessantes povoamentos animais e vegetais.

Interesse estético porque não só as falésias submarinas, como os grandes blocos rochosos ou o povoamento de grandes algas, entre outros, oferecem situações visuais extremamente agradáveis ao submarinista.

Há a acrescentar a estes aspectos o possível interesse geológico – grutas, nomeadamente – e o arqueológico, uma vez que têm sido efectuados diversos achados na costa sesimbrense, sobretudo

âncoras de chumbo romanas, como no mar do Ancão.

A riqueza biológica da costa de Sesimbra tem consequentemente facultado a respectiva exploração económica e são diversos os recursos vivos exploráveis, como é sobejamente conhecido.

A pesca artesanal continua naturalmente a desenrolar-se e desde há cerca de trinta anos a exploração de algas vermelhas, sobretudo *Gelidium*, para o fabrico de agar tem sido realizada. Mais recentemente os ouriços-do-mar (*Paracentrotus lividus*) têm igualmente vindo a ser explorados.

Devido à riqueza ictiológica é um lugar que atrai igualmente os pescadores à linha e os caçadores submarinos.

Por todas estas razões apontadas, a costa de Sesimbra é igualmente um lugar de eleição para a prática de mergulho com escafandro-autónomo, sendo esta prática muito comum ao longo da mesma, desde há longos anos. Na realidade foi praticamente Sesimbra que viu nascer a referida actividade em Portugal, há mais de quarenta anos.

As ameaças

São diversos os factores que ameaçam nos dias de hoje a vida marinha e os recursos económicos que a mesma apresenta (cf. Saldanha, 1992).

A sobreexploração dos recursos vivos, incluindo todo o género de pesca ilegal, as poluições e vários outros tipos de agressão, constituem graves problemas actuais.

O mar ainda é considerado por muitos inconscientes e oportunistas como uma fonte inesgotável de recursos e como tendo capacidade para absorver toda a qualidade e quantidade de detritos e poluentes que se pretenda, sendo assim capaz de suportar todas as agressões através de uma rápida recuperação. Nada há de mais erróneo.

O aumento anual das capturas a nível das pescarias mundiais passou de cerca de 20 milhões de toneladas, logo a seguir à Segunda Guerra Mundial, para 90 milhões de toneladas em 1987. Calcula-se que até ao fim do século as capturas mundiais se situem em torno de 100 a 110 milhões de toneladas.

Neste contexto será difícil, por exemplo, aumentar significativamente a captura de espécies de peixes demersais bem como de crustáceos, por a maioria das populações das espécies mais importantes estarem sobreexploradas ou completamente esgotadas. A captura de pequenos peixes pelágicos, de moluscos cefalópodes e bivalves e de recursos não convencionais, são algumas das possibilidades que se irão oferecer. Na realidade poucos são os recursos convencionais que ainda subsistem e uma gestão das pescas cada vez mais adequada é absolutamente necessária.

Esta tem que incluir critérios de concessão de licenças de pesca, o estabelecimento de quotas, de áreas e de períodos de defeso, o controle e a inspecção das actividades pesqueiras e das artes de pesca, entre outros.

A referida gestão não é no entanto fácil, por

colocar lado a lado não só problemas biológicos e técnicos, como económicos, sociais e políticos.

A estes problemas há que juntar os que podem ser causados pelas poluições. Muito infelizmente a contaminação do oceano por substâncias químicas estende-se dos pólos ao equador e desde as praias às profundidades abissais. É naturalmente nos mares costeiros que se encontram os maiores teores de poluentes.

Os peixes e os restantes organismos marinhos estão assim sujeitos a toda a vasta gama de substâncias químicas. Contam-se entre elas os herbicidas e os insecticidas, os detergentes, os hidrocarbonetos, os metais, os resíduos radioactivos... A juntar a esta lista cite-se ainda todo um conjunto de micro-organismos – vírus e bactérias – provenientes dos efluentes domésticos.

Além disso muitos dos habitats costeiros estão também para sempre perdidos devido à construção de portos, de instalações industriais, pelo desenvolvimento de complexos turísticos, pela aquacultura e pelo crescimento de aglomerações humanas.

A própria actividade pesqueira pode em diversas circunstâncias perturbar o meio marinho, como por exemplo uma incidência exagerada de arrastos sobre a mesma área do fundo e num relativo curto espaço de tempo.

Felizmente que as poluições não atingiram de momento e em larga escala, os recursos vivos exploráveis, excepto relativamente a algumas populações de moluscos bivalves em áreas limitadas, como em estuários e lagunas litorais.

No entanto as águas costeiras estão cada vez mais degradadas e os recursos vivos, selvagens ou cultivados, poderão eventualmente ser atingidos numa escala global.

Áreas protegidas

Há cerca de trinta anos, durante a Primeira Conferência Mundial sobre Parques Naturais, que teve lugar em Seattle em 1962, foi recomendado aos governos a criação de áreas protegidas no domínio marinho (cf. Randall, 1969).

As áreas protegidas no meio marinho, como os parques e as reservas, são talvez um modesto esforço relativamente à quantidade de problemas que ameaçam os ecossistemas marinhos, mas constituem uma iniciativa cuja realização está ao nosso alcance.

Duas acções têm actualmente que ser realizadas – salvar os poucos locais que ainda vale a pena conservar e melhorar as condições de protecção de áreas já estabelecidas.

Se uma área protegida não poderá impedir a contaminação do meio e dos organismos por substâncias químicas, que se dispersam no mar a grandes distâncias, poderá no entanto ter efeitos extremamente benéficos em termos de preservação da fauna e da flora marinha ameaçadas. Na realidade, tem-se verificado um repovoamento notável, sobretudo em peixes, em todas as áreas que, a nível mundial, têm sido protegidas.

Exemplos bem elucidativos desta situação, nos

mares europeus, são os que podemos observar em Port-Cros (França), nas ilhas Medas (Espanha) e no Garajau (Madeira).

Neste repovoamento sobressai o aumento admirável das populações de peixes, talvez por serem os animais que mais facilmente podemos observar e os que geralmente mais nos interessam. Em relação a outros organismos – algas e invertebrados – o aumento dá-se sempre que determinada área não é perturbada.

Destas áreas não perturbadas irradiam frequentemente os organismos que encontraram condições para se multiplicar e desenvolver, indo assim enriquecer as áreas adjacentes às primeiras.

Em termos globais, tanto do aspecto cultural, estético e científico como no que respeita à pesca, só há vantagens na criação de áreas protegidas no meio marinho.

Em Portugal, além das ilhas Berlengas em que já existe um estatuto de protecção do meio marinho, há pelo menos duas outras áreas que vale a pena proteger eficazmente. São elas o Cabo Espichel e a ponta de Sagres – S. Vicente.

Não só a paisagem terrestre de ambas é imponente, como o mar que as banha apresenta todas as condições – biológicas e estéticas – para que a natureza submarina seja preservada.

O Parque Marinho do Cabo Espichel

Sublinhámos atrás a grande diversidade biológica presente no mar que banha o Espichel e a costa de Sesimbra, bem como as intrusões de espécies de afinidade mediterrânica.

Como já dissémos também esta região se encontra relativamente bem estudada em grande parte dos seus aspectos faunísticos, florísticos e ecológicos. Só no domínio infralitoral, que se estende *grosso modo* da superfície até cerca de 24 metros de profundidade, foram já inventariados mais de quinhentas espécies de animais invertebrados e de vegetais, não contando portanto com as espécies de peixes. Estes constituem igualmente uma fauna diversificada, embora o número de indivíduos das diferentes espécies indique uma nítida depleção, se o compararmos com observações efectuadas há cerca de um quarto de século atrás.

Diferentes agressões, como a pesca ilegal, abusos de diversa ordem praticados por submarinistas não conscienciosos e a caça submarina, conduziram a uma situação de empobrecimento que é ainda possível salvar.

A caça submarina tem-se revelado, de facto, uma actividade extremamente negativa em todos os pontos do globo no que respeita à conservação dos peixes litorais, sobretudo dos que têm hábitos sedentários como os meros (*Epinephelus guaza*).

A majestade das falésias do Cabo Espichel e o consequente acidentado submarino, aliados à grande riqueza biológica, faz do Cabo um interessantíssimo lugar, verdadeiro paradigma do ambiente submarino português, talvez mesmo o mais interessante.

Assim, pelos aspectos científicos que envolve e pelo atractivo que representa em termos culturais, a costa do Cabo Espichel e o mar que a banha,



devem ser protegidos e conservados, através da criação de um Parque. De realçar também que, na prática, as águas do Espichel não se encontram poluídas.

A área mais interessante a proteger e conservar estende-se da Praia dos Lagosteiros, a norte do Cabo, até ao Arcanzil, a leste do mesmo (fig. 1) podendo completar-se esta área por zonas de protecção para cada um dos lados dos limites citados.

Os aspectos de protecção e conservação da Natureza nesta área do Espichel poderão ser compatíveis com determinadas actividades humanas, desde que devidamente regulamentadas. Parece-nos assim que a fórmula de um Parque será a mais adequada.

O turismo devidamente orientado tem-se revelado em muitas partes do mundo uma boa fonte de receita que poderá contribuir financeiramente para a manutenção da área protegida.

O mergulho com escafandro autónomo poderá ser uma das actividades contempladas, pois um património como o do mar do Espichel deverá ser oferecido ao usufruto cultural e científico dos submarinistas.

É evidente que será necessário desenvolver no Parque diversas actividades científicas não só para seguimento das comunidades animais e vegetais, como pelo facto de a área protegida poder e dever servir de laboratório para muitas experiências.

No entanto, toda a colheita de organismos, sem ser para fins científicos devidamente justificados, terá de ser totalmente proibida.

Nesta situação colocar-se-á a caça submarina e a pesca à linha, embora esta última não tenha um impacto tão pronunciado sobre as populações de peixes como a primeira.

Para estas actividades a costa de Sesimbra é tão vasta e tem locais igualmente tão aprazíveis, que não se justifica de facto depredar o património do Espichel, que é afinal de todos os cidadãos de Sesimbra e do País.

Os interesses dos pescadores artesanais de Sesimbra, que pescam tradicionalmente nas águas do Cabo, bem como os dos apanhadores de algas e de ouriços deverão ser estudados e encontradas soluções que os satisfaçam.

Em muitos locais do globo a actividade decorrente do turismo ligado a um Parque ultrapassa em termos financeiros o rendimento obtido através da pesca litoral. O aluguer de embarcações para o mergulho, os passeios do mar para turistas, por exemplo, podem compensar inúmeras horas de árduo trabalho na pesca.

De notar finalmente que a primeira proposta para a criação do Parque "submarino" do Espichel foi apresentada à Marinha, em 1965, por Jorge Albuquerque e pelo autor, em nome do Centro Português de Actividades Subaquáticas. Ambos fizeram parte da Comissão criada na Marinha para o respectivo estudo. Era também já questão a criação de outros Parques, em Sagres – S. Vicente, Peniche, Berlengas...

Pouco depois do 25 de Abril voltou a focar-se o grande interesse em proteger e conservar o mar de Sesimbra, tendo sido realizada uma grande sessão de discussão no Clube Militar Naval em que participou o célebre piloto Closterman.

Em tempos mais recentes, foram os políticos responsáveis pelo Ministério do Ambiente e pela Secretaria de Estado das Pescas abordados sobre o assunto, tendo o mesmo sido objecto de uma mesa redonda, em 1989, no Instituto Nacional de

Investigação das Pescas. Este deu oficialmente um parecer favorável sobre a criação de uma "Zona Protegida Submarina do Cabo Espichel".

Finalmente, e já há bem mais de um ano, Jorge Albuquerque e o autor entregaram uma nova proposta ao Serviço Nacional de Parques.

Os esforços para a criação do Parque Marinho do Cabo Espichel terão de continuar e depositam-se esperanças no Plano Director da Câmara Municipal de Sesimbra. As boas vontades de pessoas e instituições terão de ser reunidas para se poder salvar um património inigualável.

* Director do Laboratório Marítimo da Guia – Cascais; Professor Catedrático da Fac. Ciências da Universidade de Lisboa

Um ofiure (*Ophiocomina nigra*) sobre uma alga calcária (Cabo Espichel, 5 metros de profundidade). Foto L. Saldanha.

O actinário *Cornynactis viridis* (gruta do Cabo Espichel, 8 metros de profundidade). Foto L. Saldanha.

Referências

- BRAGANÇA, C. de, 1904 – Ichthyologia. II – Esqualos obtidos na costa de Portugal durante as campanhas de 1896 a 1903. *Resultados das investigações científicas, Yacht Amélia*, 109 p., 2 est.
- PÉRÈS, J.M., PICARD, J. & RUIVO, M., 1957 – Résultats de la campagne de recherches du bathyscaphe F.N.R.S. III, *Bulletin de l'Institut océanographique de Monaco*, 54, 1092, 31 p.
- RANDALL, J.E., 1969 – Conservation in the sea: a survey of marine parks. *Oryx, Journal of the Fauna Preservation Society*, 10, 1: 31-38.
- SALDANHA, L., 1974 – Estudo do povoamento dos horizontes superiores da rocha litoral da costa da Arrábida (Portugal). *Arquivos do Museu Bocage*, (2), 5, 1, 382 p.
- SALDANHA, L., 1992 – Marine fishes, habitats and conservation. *Netherlands Journal of Zoology*. (em impressão).